



Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Cenário Econômico

O ano de 2016 foi marcado pelas tensões políticas no âmbito global. No cenário externo, após a turbulência da saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit), problemas no sistema financeiro da Europa (principalmente Itália), ascensão de forças políticas de extrema-direita na Europa, o último destaque foi o resultado inesperado das eleições americanas, com a vitória de Donald Trump, com o Congresso majoritariamente republicano. O discurso do novo presidente, que tomou posse em 20 de janeiro de 2017, é de uma política expansionista, com retomada de investimentos, concessão de estímulos e protecionismo comercial. Nos EUA, o Banco Central Americano, elevou a taxa básica de juros em dezembro de 0,5% a.a. para 0,75% a.a. Os indicadores econômicos mostram que o ritmo de crescimento se intensificou no terceiro trimestre, com as contribuições do setor externo, dos estoques e do consumo das famílias, favorecido pelas melhores condições do mercado de trabalho, pelas valorizações do mercado acionário e dos preços de imóveis. O novo governo Trump sinaliza uma política pró-crescimento, com reforma tributária, reestruturação do sistema de saúde, renegociação de tratados comerciais e desregulação de alguns setores. Essas medidas podem trazer um risco inflacionário e a reação do mercado foi a elevação das taxas de juros futuras. O FED elevou a sua projeção de juros para mais três aumentos anuais da taxa básica ao longo dos próximos anos até 2019. A nossa estimativa de crescimento para a economia americana está em torno de 1,60% para 2016 e para 2017 em torno de 2% - 2,20%. Na China, a política de estímulos fiscais está contribuindo para um crescimento em torno da meta prevista de governo de 2016 entre 6,5% e 7%. Entretanto o elevado endividamento corporativo e os apertos ao setor imobiliário restringem a demanda agregada, diminuindo a eficácia dos estímulos aplicados e representam riscos futuros para a atividade. Neste contexto, o cenário de desaceleração gradual da economia chinesa permanece para os próximos anos.

No mercado doméstico, o ambiente político ficou mais conturbado, com as delações e acordos de leniência da operação Lava-Jato, e eleições de presidente na Câmara e no Senado. Temer sinalizou junto a sua equipe econômica a prioridade no reequilíbrio das contas públicas, com medidas estruturais de consolidação fiscal, como a imposição de um teto para o crescimento de gastos, reforma da previdência, privatizações e elevação de impostos. A PEC do teto de gastos foi aprovada e dando sequência ao ajuste fiscal estrutural, a proposta da reforma da Previdência foi enviada ao Congresso. Esperamos que as tensões do ambiente político não atrapalhem o avanço no processo das reformas necessárias para o ajuste fiscal. Na parte econômica, os dados divulgados tem sinalizado desempenho abaixo do esperado indicando uma retomada mais gradual na economia. O PIB do terceiro trimestre recuou 0,8% em relação ao trimestre anterior, a sétima retração seguida. Contra o mesmo período do ano passado recuou 2,9% e no acumulado ano até setembro foi uma retração de 4%. A agropecuária teve queda de 1,4% em comparação ao trimestre anterior, a indústria retração de 1,3% após uma alta de 1,2% no segundo trimestre e serviços queda de 0,6%. O desemprego elevado, e renda real em queda, a alta alavancagem das famílias deverão limitar a retomada do consumo. A demanda doméstica tem dado claros sinais de desaquecimento, do lado das famílias, a renda disponível vem sofrendo com a correção de preços e com a piora do mercado de trabalho, do lado das empresas, com crédito mais restrito. A nossa projeção de retração do PIB em 2016 é em torno de 3,40% - 3,50%. Para 2017, acreditamos que no primeiro semestre ainda será de ajustes e estabilidade na economia, com crescimento a partir do segundo semestre, projetamos crescimento do PIB de 0,50%.

Na política monetária, o IPCA encerrou o ano em 6,29%, abaixo do teto da meta de 6,5%, sendo a recessão um dos responsáveis por parte da contenção dos preços. Em 2016, alimentação, saúde e despesas pessoais representaram 67% da inflação. Nos últimos meses a inflação dá sinais de queda com recuo nos alimentos, queda do câmbio e da redução de serviços e devem contribuir para finalizar 2017 em torno de 4,8%, próximo ao centro da meta 4,5%. O BACEN encerrou o ano com a taxa Selic em 13,75% e sinalizou na última reunião do Copom que poderá intensificar o processo de flexibilização monetária com a desinflatória mais disseminada e atividade econômica aquém do esperado, estabelecendo um novo ritmo de flexibilização. A nossa expectativa que em 2017 o BACEN seja mais agressivo nos cortes de juros da política monetária e encerre 2017 com a taxa Selic em torno de 9,75% a.a.

Histórico

O Banco Rendimento vem consolidando sua posição no mercado de câmbio, destacando-se entre os maiores supridores de moeda estrangeira em espécie, através da estrutura interna de negócios e por meio das parcerias com instituições financeiras, corretoras e correspondentes cambiais, distribuídos, basicamente, no sudeste do país.

Para o mercado primário de câmbio, mantêm estrutura organizada no atendimento às pessoas físicas, empresas e outras entidades jurídicas, em operações de compra e venda de moeda estrangeira, de natureza comercial – importação e exportação – e financeira, tais como investimentos no país e no exterior, empréstimos internacionais, transferências unilaterais e serviços. No atendimento preferencial, por contar com a experiência dos nossos profissionais, é dispensada orientação especializada à clientela, distinguindo-se das demais instituições financeiras, tendo em vista a complexa regulamentação cambial do capital estrangeiro e das regras tributárias inerentes.

Com relação à carteira de crédito estamos concentrados em operações para o segmento de *Middle Market*, com o atendimento personalizado, à empresas de faturamento anual da ordem de 40 a 500 milhões de reais e, em menor escala, operações de financiamento de taxas veiculares, antecipação de recebíveis de cartão de crédito, CDC relacionados ao turismo e concessão de linha específica de financiamento na atividade educacional.

A área de serviços, vem preservando sua posição e explorando novos mercados, com a arrecadação de tributos de veículos automotores, intermediados pelo segmento de despachantes documentários. Através da instituição de pagamentos Agilistas Soluções de Pagamentos Ltda. e da distribuidora Cotação DTVM S/A, empresas integrantes do Grupo Rendimento, atuamos na comercialização de moeda estrangeira e como distribuidor dos cartões pré-pagos, VTM – Visa Travel Money, um dos mais tradicionais do mercado.

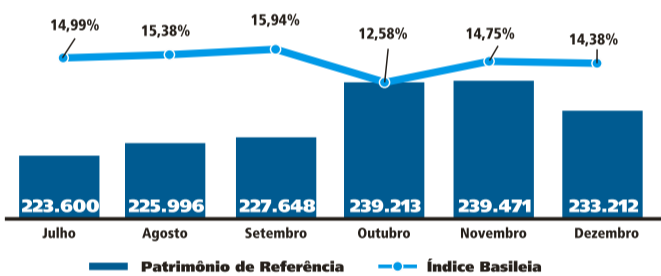
Consolidando a experiência na prestação de serviços de câmbio e o conservadorismo e seletividade na concessão de crédito, a pequenas e médias empresas, aliada ao forte modelo de negócios e sólido perfil financeiro, a agência de classificação de risco Fitch Ratings, elevou o rating nacional de longo prazo do Banco Rendimento, de BBB+ para A-, mantendo a classificação de curto prazo em FZ, apesar do cenário recessivo que atravessa o país.

Índice de Basileia

A apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PRI), de Nível I e de Capital Principal, representa o comportamento do índice de Basileia, apurado neste semestre, calculado em bases do Conglomerado Prudencial, conforme Resolução nº 4.193/13, do CMN.

Neste semestre, o índice de Basileia se manteve estável apesar dos impactos, pela aplicação dos ajustes prudenciais, definidos na Resolução nº 4.192/13 do CMN, que passou de 40% em 2015 para 60% em 2016 e pelo fluxo cambial proveniente das operações de repatriação de recursos.

Conglomerado Prudencial - 2016



Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2016	2015	PASSIVO	Notas	2016	2015
Circulante		1.190.885	1.070.435	Circulante		1.021.246	785.589
Disponibilidades	5	354.238	393.982	Depósitos	13	417.713	358.969
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	215.153	295.372	Depósitos à vista		39.948	98.753
Aplicações no mercado aberto		173.029	275.913	Depósitos interfinanceiros		69.853	52.770
Aplicações em depósitos interfinanceiros		42.124	20.719	Depósitos a prazo		222.894	130.497
Títulos e valores mobiliários	7	-	1.051	Depósitos em moeda estrangeira		85.029	77.949
Carteira própria		-	1.051	Captações no mercado aberto	14	13.669	16.731
Relações interfinanceiras		1.401	1.406	Carteira própria		13.669	16.731
Créditos vinculados ao Bacen		1.396	1.403	Recursos de aceites e emissão de títulos	15	5.909	12.085
Relações com correspondentes		5	3	Recursos de letras imobiliárias, hipotecária, de crédito e similares		5.909	12.085
Relações interdependências		171	-	Relações interdependências		112.145	54.300
Transferências internas de recursos		171	-	Recursos em trânsito de terceiros		112.145	54.300
Operações de crédito	9	311.486	271.852	Obrigações por empréstimos	15	13.371	3.996
Sector Privado:		311.486	271.852	Empréstimos no exterior		13.371	3.996
Empréstimos e títulos descontados		300.513	238.108	Obrigações por repasses no país - Instituições oficiais	15	12.585	1.409
Financiamentos		27.429	23.301	BNDES		8.446	1.409
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(16.456)	(9.557)	Instrumentos financeiros derivativos		240	422
Outros créditos		298.483	88.784	Instrumentos financeiros derivativos	8a	240	422
Carteira de câmbio	10	167.479	14.567	Outras obrigações		445.614	336.677
Negociação e intermediação de valores		1.030	-	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		762	870
Diversos	11a	133.385	77.343	Sociais e estatutário		5.984	-
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	9	(3.411)	(3.126)	Carteira de câmbio	10	168.477	15.306
Outros valores e bens	11b	9.953	17.628	Fiscais e previdenciárias	16a	32.117	11.113
Outros valores e bens		8.634	17.126	Negociação e intermediação de valores	8a	1.302	472
Despesas antecipadas		1.119	502	Diversas	16b	236.972	308.916
Realizável a longo prazo		357.255	244.174	Exigível a longo prazo		389.887	412.746
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	20.545	44.077	Depósitos	13	291.310	338.234
Aplicações em moedas estrangeiras		20.545	44.077	Depósitos a prazo		291.310	338.234
Títulos e valores mobiliários	7	168.815	74.046	Recursos de aceites e emissão de títulos	15	6.422	-
Carteira própria		114.406	31.440	Recursos de letras imobiliárias, hipotecária, de crédito e similares		6.422	-
Vinculados operações compromissadas		13.682	16.784	Obrigações por repasses no país - Instituições oficiais	15	13.669	19.030
Vinculados a prestação de garantias		40.727	25.942	BNDES		7.942	11.138
Operações de crédito	9	61.324	46.430	Finame		5.727	7.892
Sector Privado:		61.324	46.430	Outras obrigações		78.486	54.482
Empréstimos e títulos descontados		48.294	35.767	Fiscais e previdenciárias	16a	72.857	48.447
Financiamentos		13.885	11.509	Diversas	16b	5.629	6.035
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(835)	(846)	Resultados de exercícios futuros		558	402
Outros créditos		106.467	79.621	Resultados de exercícios futuros		558	402
Diversos	11a	106.467	79.621	Patrimônio líquido	19	162.917	142.551
Outros valores e bens	11b	104	-	Capital		107.370	107.370
Despesa antecipada		104	-	De domiciliações no país		107.370	107.370
Permanente		26.468	26.679	Reserva de lucros		55.579	35.121
Investimentos		19.832	18.945	Ajuste de avaliação patrimonial		(32)	60
Participações em controladas - no País	12	19.785	17.938				
Títulos patrimoniais		2	2				
Outros investimentos		45	45				
Imobilizado de uso		4.516	5.214				
Imóveis de uso		1.865	1.866				
Outras imobilizações de uso		15.097	13.251				
(Depreciações acumuladas)		(12.446)	(9.903)				
Diferido		-	123				
Gastos de organização e expansão		-	3.536				
(Amortização acumulada)		-	(3.713)				
Intangível		2.120	3.297				
Ativos intangíveis - outros		6.383	8.353				
(Amortização acumulada)		(4.263)	(5.056)				
Total do ativo		1.574.608	1.341.288	Total do passivo		1.574.608	1.341.288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de valor Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Legal	Outras			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	85.316	9.481	97.016	-	-	191.813
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.708	23.708
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	60	-	60
Aumento de capital	64.684	(8.759)	(55.925)	-	-	-
Redução de capital	(42.630)	-	-	-	-	(42.630)
Constituição de reserva legal	-	1.185	-	-	(1.185)	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	12.323	-	(12.323)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(20.200)	-	-	(20.200)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(10.200)	(10.200)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	107.370	1.907	33.214	60	36.235	142.551
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(92)	-	(92)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(1.812)	(1.812)
Constituição de reserva legal	-	1.812	-	-	(24.023)	(24.023)
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	24.023	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(5.377)	-	(5.377)	(5.377)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(10.400)	(10.400)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	107.370	3.719	51.860	(32)	162.917	162.917
Saldos em 30 de junho de 2016	107.370	2.571	40.525	48	150.514	150.514
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	22.960	22.960
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(80)	-	(80)
Constituição de reserva legal	-	1.148	-	-	(1.148)	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	16.712	-	(16.712)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(5.377)	-	-	(5.377)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(5.100)	(5.100)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	107.370	3.719	51.860	(32)	162.917	162.917

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Governança Corporativa, Riscos e Controles Internos

O modelo de Governança Corporativa encontra-se alinhado às melhores práticas e em conformidade com os normativos do BACEN e do CMN, através de processos consolidados pela ética, transparência e conduta respeitosa no relacionamento com os acionistas, colaboradores, clientes e parceiros.

A estrutura de Governança, com procedimentos e mecanismos específicos de gestão de riscos e efetivo controle, abrange as Áreas de Compliance, Riscos de Mercado, Operacional, Liquidez, Crédito, Responsabilidade Sociambiental, Segurança da Informação, Auditoria Interna e de controle de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo, código de conduta ética, estrutura tecnológica, com processos devidamente definidos e controlados por profissionais capacitados e alinhados aos objetivos estratégicos do Grupo, tendo como arcabouço as leis, regulamentações externas, políticas, normas, procedimentos internos.

A gestão corporativa de riscos mantém estrutura independente das demais áreas, apresentando-se compatível, efetiva e adequada às necessidades e complexidades operacionais e de negócios realizados pelo Grupo. Está implantada e disciplinada de forma integrada, através de modelos e ferramentas específicas de mensuração, respaldados em políticas, procedimentos e controles internos, com comitês corporativos e regulatórios específicos, visando a avaliação, análise e aprovação de medidas corretivas e preventivas e mitigação de possíveis riscos associados.

A estrutura de riscos encontra-se subordinada ao Diretor de Riscos e Compliance, também responsável pela Área de Governança Corporativa e pela unidade de Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo, com as atribuições, responsabilidade e delegação de autoridade, devidamente definidas. Os mecanismos de análise e controle envolvem um conjunto integrado de ações e procedimentos com o objetivo de mitigar possíveis perdas em operações de crédito, câmbio, serviços e outros afins, bem como subsidiar a gestão de liquidez da organização, evitando o descasamento de prazos com captações e, consequentemente, a exposição a riscos financeiros, de imagem e reputação no Grupo.

Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento do risco operacional é constituída por um conjunto de procedimentos e instrumentos de controle que proporcionam uma permanente adequação desse gerenciamento, à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas. O modelo de controle, mensuração e mitigação instituído, visa possibilitar a identificação e avaliação de eventos que possam causar perdas, tais como: fraudes; descontinuidade de negócios; falhas de tecnologia da informação e processos inadequados.

Com base nesse modelo é determinado o montante do capital regulatório, para suportar eventuais perdas em eventos de risco operacional, calculada de acordo com a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, prevista na Circular nº 3.640/13, do BACEN.

Nossa estrutura se mantém alinhada à contínua sofisticação do ambiente dos negócios bancários e crescente evolução tecnológica, cujo gerenciamento requer uma estrutura distinta das aplicadas aos riscos de crédito e de mercado e compatível com os negócios, produtos e serviços disponibilizados à clientela.

Risco de Mercado e Liquidez

O Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez é realizado em conformidade com as disposições das Resoluções 3.464/07 e 4.090/12, do CMN, com estrutura capaz de identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas, decorrentes da flutuação nos valores de mercado, nas posições detidas pelo Banco, com vistas a manutenção dos negócios e a geração de receita, até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Banco Rendimento mantém política alinhada ao efetivo controle da liquidez, por se tratar de um instrumento estratégico e de extrema importância no Grupo Rendimento. Esse monitoramento passa por contínuo acompanhamento dos níveis de caixa, possibilitando que liquidações sejam realizadas em tempo hábil e de maneira segura, sem intercorrências de descasamento entre ativos e passivos.

Com base nos controles e testes, em cenários de estresse, são observados os fluxos ativos e passivos, através de modelo estabelecido em política e diretrizes internas, que visam identificar, pelo Patrimônio de Referência (PRI), o grau de alavancagem de crédito e de outras posições operacionais, a fim de se estabelecer a margem ou insuficiência de liquidez.

De acordo com os critérios de classificação de operações, previstos em normativos do Banco Central e no Novo Acordo de Capitais - Basileia III, a análise das exposições e testes de estresse é aplicada integralmente às carteiras trading book e banking book, visando obter impactos significativos sobre o resultado corrente da instituição.

Risco de Crédito



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Rendimento é um banco comercial, constituído em 1992, possui como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, permitidas aos bancos comerciais, de acordo com as disposições legais e regulamentares, bem como de carteira de câmbio e crédito ao mercado de middle market, e em conjunto com seus controladas, opera no mercado financeiro, atuando principalmente com operações de câmbio financeiro e cartões pré-pago.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro nacional e internacional, onde certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do CMV e do BACEN, consultadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF - e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações.

Conforme determinam a Resolução nº 4.280/2013 do CMV e Circular nº 3.701/2015 do BACEN, que, dentre outras coisas, requer a consolidação de fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do Grupo Rendimento, sob qualquer forma, assumam ou reterem substancialmente riscos e benefícios, sendo que ambas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 07 de março de 2017.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Moeda funcional

As demonstrações financeiras do Banco Rendimento estão representadas em reais, que é sua moeda funcional de apresentação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

e) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular (BACEN) nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intencionalidade da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzido dos efeitos tributários;
- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações das operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira, conforme demonstrado na Nota 9.

g) Bens não de uso próprio

São representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

h) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

i) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

Os bens estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

j) Intangível

São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

k) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

l) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

m) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda IRPJ é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras (15% até agosto de 2015), incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

n) Operações de câmbio

São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base "pro rata" dia), as variações cambiais auferidas, e provisão para perdas, quando aplicável.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

p) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações, nas datas das demonstrações financeiras.

q) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução do valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

r) Reapresentação de saldos comparativos

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram reapresentadas, para melhor comparabilidade e adequações às políticas contábeis de acordo com a interpretação das origens de despesas.

	31 de dezembro de 2015		
	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Demonstrações do Resultado (I)			
Outras receitas/despesas operacionais			
Despesa de pessoal	(60.442)	127	(60.569)
Outras despesas administrativas	(70.711)	(12.780)	(57.931)
Outras despesas operacionais	(2.886)	12.653	(15.539)
Lucro líquido	23.708	-	23.708

(i) Para melhor comparabilidade foram realizadas reclassificações de despesas administrativas para despesas operacionais, e despesas operacionais para despesa de pessoal.

Descrição	2016		2015	
	Valor	de Mer-	Valor	de Mer-
Disponibilidades (nota 5)	354.238	393.982	354.238	393.982
Aplicações em operações compromissadas (nota 6)	173.029	275.013	173.029	275.013
Total	527.267	668.995	527.267	668.995

Disponibilidades	2016		2015	
	Valor	de Mer-	Valor	de Mer-
Caixa	4.253	9.917	4.253	9.917
Reserva Livre	13.686	13.682	13.686	13.682
Disponibilidades em moedas estrangeiras	349.773	379.577	349.773	379.577
Total	354.238	393.982	354.238	393.982

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Circulante	2016		2015	
	Valor	de Mer-	Valor	de Mer-
Aplicações em operações compromissadas - Posição Bancada				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	173.029	30.000	173.029	30.000
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	245.013	-	245.013
Total das aplicações no mercado aberto	173.029	275.013	173.029	275.013

Aplicações em depósitos interfinanceiros

Não ligada	21.181	15.283	21.181	15.283
Não ligada - Crédito rural	-	20.943	-	5.436
Total certificado de depósito interfinanceiro (CDI)	42.124	20.719	42.124	20.719

Total do circulante

Total do circulante	215.153	295.732	215.153	295.732
----------------------------	----------------	----------------	----------------	----------------

Realizável a longo prazo

Aplicações em moeda estrangeira	20.545	44.077	20.545	44.077
Total de aplicação em moeda estrangeira	20.545	44.077	20.545	44.077

Total realizável a longo prazo

Total realizável a longo prazo	235.698	339.809	235.698	339.809
---------------------------------------	----------------	----------------	----------------	----------------

7. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

	2016		2015	
	Valor	de Mer-	Valor	de Mer-
Títulos para negociação				
Carteira própria - Livres				
Ações de companhias abertas	-	-	2.044	1.051 (993)
Total de títulos para negociação	-	-	2.044	1.051 (993)

Títulos disponíveis para venda

Carteira própria - Livres	114.448	114.406 (42)	31.398	31.440 (42)
----------------------------------	----------------	---------------------	---------------	--------------------

Letras Financeiras do Tesouro (LFT) 114.448 114.406 (42) 31.398 31.440 42

Vinculados a operações compromissadas 13.686 13.682 (4) 16.741 16.794 23

Letras Financeiras do Tesouro (LFT) 13.686 13.682 (4) 16.741 16.794 23

Vinculados a prestação de garantias 40.739 40.727 (12) 25.807 25.842 35

Letras Financeiras do Tesouro (LFT) 40.739 40.727 (12) 25.807 25.842 35

Total de títulos disponíveis para venda 168.873 168.815 (58) 73.946 74.046 100

Total de títulos e valores mobiliários 168.873 168.815 (58) 75.990 75.097 (893)

Circulante - - - - 1.051 -

Realizável a longo prazo - - - - 74.046 -

Os títulos públicos, custodiados no SELIC, foram ajustados a valor de mercado, sendo efetuada a comparação com as taxas divulgadas pela ANBIMA, em contrapartida à conta de ajuste de valor patrimonial, no patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, perfazendo o montante negativo de R\$ 32 (R\$ 60 em 2015).

As ações são avaliadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas em bolsa de valores. Durante o exercício não houve reclassificações entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

8. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Rendimento opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção ("Hedge") contra risco de mercado, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial.

O gerenciamento da necessidade de "Hedge" é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de Dólar e de Reais subdivididas nos diversos indexadores (pré, TR, IGP-M e TJLP). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&F, que são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários.

a) Composição analítica das operações

Mercado Futuro

Representadas por contratos de mercado futuro que, conforme determinação do (BACEN), são registrados em contas de compensação pelo valor do contrato atualizado pelo índice de variação das taxas pactuadas.

	Valor nominal dos contratos	
	2016	2015
Contratos de futuros (i)		
Posição comprada		
Dólar	141.782	-
Euro	6.929	17.556
Total posição comprada	148.711	17.556

Posição vendida

DI	36.957	18.604
Dólar	7.260	38.886
Euro	-	8.739
Total posição vendida	44.217	66.229

(i) Os ajustes diários, de contratos futuros a pagar no valor de R\$ 1.302 (R\$ 472 em 2015), encontram-se registrados na rubrica de Negociação e Intermediação de Valores. Estas operações foram custodiadas pela BM&FBOVESPA.

NDF

A carteira de contratos a termo de moeda sem entrega física - NDF registrada na CETIP é assim assumida:

	Valor de mercado			
	2016	2015	2016	2015
	Valor de referência	Valores a pagar	Posição Líquida	Posição Líquida
I) Tipo:				
Termo de moedas:				
Posição comprada	51.561	(153)	(153)	(292)
Posição vendida	14.048	(87)	(87)	(130)
Total NDF	65.609	(240)	(240)	(422)

Margem de garantia

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apreendidos a seguir:

	2016		2015	
	Valor de referência	Valores a pagar	Posição Líquida	Posição Líquida
Vinculados a prestação de garantias				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	40.727	25.842	40.727	25.842
Total	40.727	25.842	40.727	25.842

Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as operações de crédito estavam assim representadas:

	2016		2015	
	Valor de referência	Valores a pagar	Posição Líquida	Posição Líquida
Composição da carteira de crédito				
Operações de crédito				
Capital de giro	198.605	145.546	198.605	145.546
Conta corrente garantida	120.574	96.736	120.574	96.736
Títulos descontados	19.082	33.709	19.082	33.709
FINAME	9.985	9.357	9.985	9.357
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	6.628	6.028	6.628	6.028
Cheque especial	4.992	4.728	4.992	4.728
Crédito pessoal	1.845	7.192	1.845	7.192
Financiamento em moeda estrangeira	8.290	8.248	8.290	8.248
Cédula de crédito de exportação	2.117	3.021	2.117	3.021
Adiantamento a depositantes	1.142			

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

- a) Saldo das transações**
 As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais de mercado no tocante a encargos e prazos.
- b) Remuneração da administração**
 Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco. O Banco incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos Administradores:

	2016	2015
Remuneração fixa no exercício.....	6.057	5.579
Remuneração variável no exercício.....	954	923
Encargos sociais.....	3.520	1.430
Total	10.531	7.932

O Banco Rendimento não possui benefícios de longo prazo, pós-emprego, rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

19. Patrimônio Líquido

- a) Capital social**
 O capital social é representado por 125.024 ações nominativas sem valor nominal, sendo 62.512 ordinárias e 62.512 preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas asseguram ao acionista a prioridade de reembolso do capital e o direito de participação na distribuição de dividendos e bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

Em 17 de abril de 2015 por realização de Assembleia Geral Ordinária, o Banco aumentou o capital social de R\$ 85.316 para R\$ 150.000 mediante incorporação da Reserva Legal R\$ 8.759 e Reserva Especial de Lucros – Outras R\$ 55.925, mantendo-se a mesma quantidade de ações.

Em 05 de junho de 2015 foi aprovado pelo BACEN o aumento de capital social do Banco.

Em 28 de agosto de 2015 por realização de Assembleia Geral Extraordinária, o Banco reduziu o capital social de R\$ 150.000 para R\$ 107.370, mediante a entrega de 35.000 ações de emissão do Banco BBN, pelo valor de R\$ 42.630.

Em 07 de outubro de 2015 foi aprovado pelo BACEN a redução do capital social do Banco.

- b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**

O capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 6% sobre o lucro líquido ajustado do período. A distribuição adicional de dividendos está sujeita à proposta da diretoria na Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. Pelas Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas no ano de 2016, foi deliberado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 5.377.

Em 06 de junho e 05 de dezembro de 2016, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 10.400 referente ao exercício de 2016 (R\$ 10.200 em 2015), calculados com base na Taxa de juros de longo prazo (TJLP), nos termos do artigo 9º da Lei 9.249/95. O benefício fiscal decorrente da distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social do exercício no montante de R\$ 4.680.

- c) Reserva de lucros**

Legal: O Banco Rendimento deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

Outras: Composta por lucros obtidos a serem destinados em AGO (Assembleia Geral Ordinária).

20. Despesas de captação no mercado

	2016	2015
Depósitos a prazo	68.606	63.364
Depósitos interfinanceiros	7.637	6.437
Operações compromissadas	2.706	1.906
Recursos de emissão de títulos	1.119	1.829
Contribuições ao fundo garantidor de crédito – FGC.....	789	838
Outras despesas de captação	-	29.713
Total	80.857	104.087

21. Receitas de prestação de serviços

	2016	2015
Câmbio.....	15.991	11.715
Arrecadação	13.487	12.328
Serviços bancários	3.119	3.244
Garantias prestadas	2.822	2.045
Outros serviços	1.072	1.209
Total	36.491	30.541

22. Despesas de pessoal

	2016	2015
Proventos	36.911	32.246
Encargos sociais	14.360	13.296
Benefícios	10.477	8.080
Honorários	7.669	6.629
Outros	466	318
Total	69.883	60.569

23. Outras despesas administrativas

	2016	2015
Transportes e guarda de valores	35.668	23.901
Processamento de dados	10.124	9.125
Serviços sistema financeiro	5.925	4.246
Aluguéis	4.035	4.121
Serviços técnicos especializados	3.853	2.933
Depreciação/amortização	2.509	2.687
Comunicações	1.969	1.916
Serviços de terceiros.....	1.653	1.926
Condomínio	1.313	1.227
Outras	6.050	5.849
Total	73.099	57.931

24. Despesas tributárias

	2016	2015
PIS/COFINS	11.436	8.191
ISS	1.695	1.427
Outras	482	868
Total	13.613	10.486

25. Outras receitas e despesas operacionais

	2016	2015
Outras receitas operacionais		
Atualização monetária de depósitos (i).....	24.806	-
Reversões de provisões diversas.....	4.163	1.424
Outras	1.523	2.800
Total	30.492	4.224

Outras despesas operacionais

Atualização monetária de contingências (i)	24.480	-
Contingências (ii)	9.877	3.084
Convênios operacionais	7.719	5.286
Comissões	6.428	2.516
Verbas de incentivos	2.202	1.603
Outros	3.206	3.050
Total	63.912	15.539

(i) *No exercício findo em 31/12/2016, o Banco efetuou as atualizações do período inicial até a data base 31/12/2016 dos depósitos judiciais e contingências fiscais, com base nos extratos dos bancos depositários.*

(ii) *Na rubrica "contingências", estão registrados as despesas de contingências cíveis/fiscais/trabalhistas.*

26. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, em 31 de dezembro de 2016, correspondiam a R\$ 111.112 (R\$ 78.823 em 2015) com provisão para perdas no montante de R\$ 686 (R\$ 586 em 2015).

27. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, R\$1.595 de ativo contingente referente repasse de IPVA junto a prefeitura de Tuiuti/SP.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

(i) *Provisões trabalhistas* - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

(ii) *Provisões cíveis* - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos

tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

(iii) *Provisões fiscais* - As provisões para processos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pelos seguintes processos:

- Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R\$ 70.483;
- Contestação quanto à base de receitas de operações de avais e fianças e de câmbio, defendida pelo Fisco Municipal como tributável para o ISS. O montante provisionado é de R\$ 2.275.

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no exercício, estão a seguir apresentadas:

Provisões	2016			2015	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Saldo no início.....	48.447	2.161	1.693	52.301	51.296
Constituições/Reversões	128	3.755	2.850	6.733	2.497
Atualização monetária (i)	24.282	-	198	24.480	-
Pagamentos	-	(1.583)	(4.131)	(5.714)	(1.492)
Saldo no final.....	72.857	4.333	610	77.800	52.301

(i) *No exercício findo em 31/12/2016, o Banco efetuou atualizações do período inicial até a data base 31/12/2016 das contingências.*

Depósitos Judiciais	2016			2015	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Saldo no início.....	49.395	343	51	49.789	49.492
Constituições	131	902	329	1.362	1.442
Atualização monetária (i)	24.807	11	-	24.818	-
Realizações/Reversões	(14)	(426)	(284)	(724)	(1.145)
Saldo no final.....	74.319	830	96	75.245	49.789

(i) *No exercício findo em 31/12/2016, o Banco efetuou as atualizações do período inicial até a data base 31/12/2016 dos depósitos judiciais, com base nos extratos dos bancos depositários.*

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2016, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por:

- Por 42 processos de natureza cível que somam R\$ 848, e são originários de ações revisionais de contratos de empréstimos e financiamentos, bem como ações indenizatórias de operações financeiras.
- Pela contestação administrativa de incidências de IOF e imposto fonte, relativo as operações de câmbio, no montante de R\$ 8.411.
- Pela contestação administrativa a exigência da incidência de ISS sobre receitas decorrentes de operações que não se classificam como prestação de serviços, no Município de São Paulo, no montante de R\$ 992.
- Contestação em fase de recurso administrativo quanto à exigência da incidência de ISS sobre receitas decorrentes de operações de avais e fianças do período de Janeiro/2012 a Dezembro/2014 no Município de São Paulo no montante de R\$ 1.197.
- Contestação em fase de recurso judicial à exigência de multa por não cumprimento de normas legais referentes a sigilo bancário de cliente pela Receita Federal do Brasil no montante de R\$ 581, depositados nos autos da ação judicial nº 2001.61.00.014568-8.

d) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Banco Rendimento.

28. Limites operacionais

O Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA está a seguir demonstrado, de acordo com os normativos em vigor:

Patrimônio de referência – PR	233.212
Risco de crédito – RWA _{CRD}	1.002.099
Risco de exposição cambial – RWA _{CAM}	100.379
Risco de taxas de juros – RWA _{JUR1}	1.493
Risco de cupom de moedas – RWA _{JUR2}	23.571
Risco operacional – RWA _{CRD}	494.379
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA	160.165
Margem sobre o PR considerando a RSM	72.771

O índice de Basileia na data-base de 31 de dezembro de 2016, para o Conglomerado Prudencial, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, do CMN, é de 14,38% (Dezembro de 2015 – 14,36%).

A DIRETORIA

FLAMINIO OLIVEIRA FERREIRA - Contador - CRC 1RS067739/O-6 S-SP

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Acionistas e aos Administradores do

Banco Rendimento S/A

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Rendimento S/A ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Banco Rendimento S/A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional

e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.